

DIVULGAR O PATRIMÓNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO DE CASCAIS (PORTUGAL): OS EXEMPLOS DO CLIPPER *THERMOPYLAE* E DO NAVIO DE SALVAMENTO PATRÃO LOPES. ESTRATÉGIAS DE SOCIALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

THE UNDERWATER CULTURAL HERITAGE OF CASCAIS (PORTUGAL): EXAMPLES OF CLIPPER *THERMOPYLAE* AND THE RESCUE SHIP PATRÃO LOPES. SOCIALIZATION AND EDUCATION DISCLOSURE STRATEGIES

Jorge Leonel Vaz Freire

<Jorge.vfreire@gmail.com>

Doutorando do Programa de Arqueologia

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa (UNL)

Lisboa, Portugal

orcid.org/0000-0002-1853-441X

RESUMO

A Câmara Municipal de Cascais têm desenvolvido um vasto programa de gestão e de valorização do Património Cultural Subaquático do litoral. Assente na epistemologia da Paisagem Cultural Marítima, este tem como finalidade permitir uma nova abordagem às questões da gestão integrado do património na região costeira com vista ao conhecimento e a fruição. Dentro das linhas metodológicas deste programa têm crescido as ações relacionadas com a educação patrimonial. Partindo da sociologia do Bruno Latour – a teoria do ator em rede – tem sido introduzido o tema na comunidade local, permitindo a fruição pública *in situ* mas, também, através do setor educativo do Museu do Mar Rei D. Carlos. Outras experiências conexas ao mar, como a biologia e a engenharia, têm criado elementos sensoriais próprios, desenvolvendo formas de comunicação e sensibilização em regime de “laboratório” de campo. Ainda a relação com a identidade e memória de dois despojos com forte ligação à Armada portuguesa, tem servido como ponto de partida para iniciativas de sensibilização e consciencialização. Além disso, outras políticas se tem seguido nomeadamente diretivas educacionais emanadas da comissão de acompanhamento da Convenção Unesco 2001 para a proteção do Património Cultural Subaquático. Esta é a linha que irá cadenciar o projeto no futuro através da Rede escolas associadas da UNESCO e a Rede das Cidades aprendizagem da UNESCO. Desta forma esperamos atingir como público alvo a comunidade local e nacional e numa fase seguinte as comunidades e os países que comungam e que partilham da mesma cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Marítima; Paisagem Cultural Marítima; Teoria Ator-Rede; fruição pública; memória e identidade.

ABSTRACT

The municipality of Cascais has developed a great management and valorization program related with the Underwater Cultural Heritage. Based Maritime Cultural Landscape epistemology it aims to enable a new approach to the integrated management issues in the coastal heritage aiming its knowledge and fruition. Within the methodological lines of this program have grown actions related with education. Based on sociologist Bruno Latour - the theory of the actor network – this theme has been introduced to the local community, allowing public fruition of the archaeological heritage remain *in situ* but, also, through the Museu do Mar Rei D. Carlos educational sector. Other related areas, such as biology and engineering, have created their own sensory elements, developing new forms of communication and awareness under a controlled environment. However, the relationship with the identity and memory of two wrecks with strong connection to Portuguese Armada, has served as starting point for awareness and raising initiatives. In addition, other policies have followed including educational plans issued by the Monitoring Committee of the UNESCO 2001 Convention on the protection of the Underwater Cultural Heritage. This is the starting line to a future project through the UNESCO associated schools Network and the network of Learning Cities. This way we hope to reach the local and national communities and, later on, communities of other countries who share this same culture.

KEYWORDS: Maritime archaeology; Maritime community participation; memory and identity. Cultural Landscapes; Actor Network Theory;



Toda palavra tem sempre um mais além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer e, atrás do que quer dizer, há ainda um outro querer dizer, e nada será nunca esgotado (LACAN, 1979, p. 300).

1 - INTRODUÇÃO

O património cultural subaquático constitui um recurso educativo de excelência, que tem vindo a contribuir de forma ativa para o desenvolvimento da cidadania, incentivando a partilha de identidades e a cooperação entre povos que ainda hoje navegam nos mares de Cascais.

A arqueologia subaquática não se limita ao estudo da história através dos artefatos que o tempo nos legou. Reflete também a ligação do Homem ao meio ambiente. Os despojos perdidos nas águas de Cascais são, assim, um reflexo das dificuldades que os navios encontraram neste mar, que se traduziram em tragédias humanas. Mas são também novos focos de vida, ao transformarem-se em habitats únicos para o desenvolvimento e fixação da biodiversidade marinha.

Um dos pilares da Arqueologia Subaquática de Cascais é o reconhecimento do valor da Paisagem Cultural Marítima do concelho, uma vez que os sítios arqueológicos constituem uma simbiose única de História, estruturas sociais e sistemas ecológicos (FREIRE, 2014). Estes sítios ilustram a utilização milenar do meio aquático, considerando as características e as vantagens oferecidas pelo ambiente natural, do mesmo modo que relaciona o estabelecimento humano na costa ao longo dos tempos com a existência de zonas de naufrágio e áreas de navegação. Este conhecimento contribui para a gestão sustentada do mar e da costa, preservando ou aumentando a sua diversidade biológica.

A evolução das necessidades logísticas e dos meios técnicos, juntamente com a crescente aposta na multidisciplinaridade, constituem um dos maiores desafios da moderna arqueologia subaquática. A formação, o treino dos arqueólogos, e a prática do mergulho têm,

deste modo, vindo também a adaptar-se às novas tecnologias. Neste contexto, a equipa responsável pela Carta Arqueológica Subaquática de Cascais tem também desenvolvido novas parcerias e potenciando sinergias que resultaram na aplicação de métodos de trabalho inovadores em equipas verdadeiramente transdisciplinares. Os nossos trabalhos têm ultrapassado as ciências sociais e humanas, através da aceitação do contributo de outras áreas, menos suspeitas, como a biologia e a robótica oceanográfica. Mais ainda permitiram a aproximação entre aquilo que é *público* - entendido como atribuições e deveres dos organismos municipais e de Estado, com o *difuso* - baseado no conhecimento popular e na pertença de uma comunidade costeira ou ribeirinha. Este último aspeto espelha-se nos apoios alcançados ao nível dos mais diversos utentes do mar, sendo eles mergulhadores, surfistas ou pescadores.

Além das formas usuais de divulgação científica tradicional e das apresentações anuais à comunidade local, a difusão mais lata constituiu uma das principais preocupações da equipa, superada através da colaboração com meios de disseminação da informação a grande escala como é o caso da revista *National Geographic Society Portugal* e/ou ainda mais recentemente, da colaboração com a comissão Nacional da UNESCO Portugal e a rede de escolas Associadas, ou ainda a distinção de Cascais como cidade do Conhecimento. Desta forma procurou-se chegar às diferentes faixas da sociedade local, regional e nacional.

Neste âmbito, a 2 de fevereiro de 2017 foi inaugurada uma exposição itinerante que deu corpo a este artigo que ousamos enquadrar no dossiê “Prática Arqueológica e Educação Patrimonial”. A exposição “Patrimónios Submersos” mostra ao público em geral a forma como projeto tem desenvolvido simbioses entre as várias ciências. Acima de tudo ele constitui um diálogo com a comunidade que não se pretende que seja estritamente de Portugal, mas sim aberto à língua portuguesa.

2 - A ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA DE CASCAIS: UM PROJETO SINÉRGICO

A nível local, a Câmara Municipal de Cascais foi a primeira, em Portugal continental, a desenvolver um programa de gestão e de valorização do Património Cultural Subaquático do litoral com vista ao conhecimento e fruição deste importantíssimo património. Muito deste trabalho foi compilado num sistema de informação geográfica, por forma a produzir um mapa dos achados, indicando aspetos gerais da natureza do contexto e de ameaças. Este também tem aplicação na própria gestão do Património Cultural Subaquático enquanto elemento caracterizador no âmbito

jurídico do Plano Diretor Municipal.

Este último aspeto, além de reafirmar a necessidade de uma gestão partilhada no ordenamento do espaço Marítimo Português entre as autarquias e o Governo da República Portuguesa, confirmou a originalidade na forma de inventário regional dedicado ao Património Cultural Subaquático. O Plano Diretor Municipal é, em Portugal, o instrumento jurídico que as autarquias possuem para o ordenamento e planeamento do seu território, contemplando, entre outras matérias, as questões sempre sensíveis do ambiente e da cultura. Só que, no mar as jurisdições tutelares são variadas cabendo à Direção Geral do Património Cultural do Ministério da Cultura a atribuição e regulamentação sobre o direito dos bens culturais.

Bens esses que, por definição, não se resumem aos identificados em meio submerso. De facto, os Bens Culturais Subaquáticos têm um significado mais abrangente, daquele que é habitualmente definido do estrito ponto de vista da arqueologia, onde podem configurar bens que se encontram hoje em zonas “secas” ou “coisas” que apenas têm uma relação cultural com o meio marítimo.

No entender do município de Cascais, caracterizam-se os valores culturais como testemunhos aos quais se atribui um valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante devendo, como tal, ser objeto de especial proteção e valorização. O modelo de achamento consignado no Plano Diretor Municipal define como património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do homem, designadamente sítios, depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental. O mesmo artigo reconhece ainda que dentro deste património existe o Património Arqueológico Subaquático que integra um conjunto de zonas com potencial arqueológico, nas quais se inscrevem achados complexos e achados isolados que devem ser objeto de preservação.

No que se refere à identificação dos bens culturais, esta abrange um conjunto de técnicas e tecnologias específicas que permitem a realização de trabalhos arqueológicos subaquáticos, com vista à sua adequada classificação e inventariação¹.

¹ O achamento destes bens realiza-se de diversas formas. Diretamente, por meio de trabalhos de prospecção ou de escavação, ou indiretamente, através da recolha de testemunhos orais ou de fontes documentais, como a cartografia ou a fotografia antiga.

No que concerne à análise da Paisagem Cultural Marítima do município de Cascais, esta está associada à educação patrimonial, que se tornou mais que um exercício contemplativo entre a natureza e o homem - o homem e a natureza. A *quasi* maritimidade deste espaço, geograficamente delimitada por dois promontórios: Cabo da Roca e Cabo Espichel, é interrompida a meio pela existência de uma embocadura de acesso ao estuário do rio Tejo. Nesta, as trocas culturais são de longa duração e foram capturadas por uma história polvilhada de dinâmicas, continuidades e rupturas (FREIRE 2014; 2015).

Esta zona é um paradoxo natural em si mesmo. Não é rio mas, também, não é oceano! É uma zona de transporte marítimo em que o estuário condiciona, transforma e modifica o presente numa história de longa duração.

Este conceito de Paisagem Cultural Marítima,

[...] the whole network of sailing routes, with ports, havens and harbours along the coast, and its related constructions and other remains of human activity, underwater as well terrestrial" (WESTERDAHL, 2008, p. 212).

encontra a sua dimensão universal na Convenção Unesco 1972 "obras conjugadas do homem e da natureza". Aliás, a abordagem que temos feito é de uma paisagem essencialmente evolutiva e viva em que "conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo".

Por outro lado, para introduzirmos e dissecarmos a cultura marítima enquanto paisagem, temos vindo a nos aproximar e a apoiar no conceito de metafísica de Bruno Latour (*Actor Network Theory*), que procura compreender a paisagem através de uma rede de relações sociais e económicas que se estabelecem entre o humano e não humano (TUDDENHAM, 2010, p. 10; 2012, p. 231-232), recusando, contudo, simetrias ou dicotomias:

[...] ANT is not, I repeat not, the establishment of some absurd symmetry between humans and nonhumans. To be symmetric, for us, simply means not to impose a priori some spurious asymmetry among human intentional action and a material world of causal relations (LATOIR, 2005, p. 76).

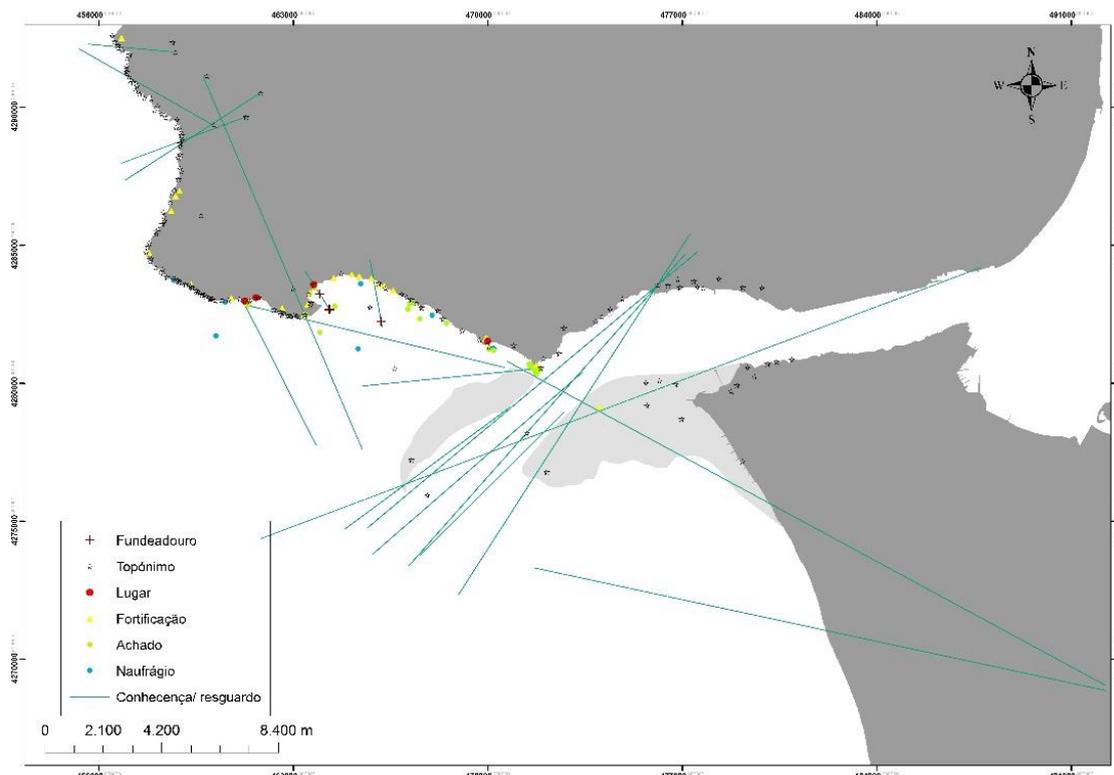
Para Latour o que importa é a incursão dos elementos não-humanos na análise social. Eles deixam de ser apenas artefatos, cuja significação é atribuída pelo homem, e passam a ter agência, ou seja, participam das ações nas situações quotidianas e provocam transformações. Em certa medida retoma a desconstrução de Jacques Derrida (1972), no sentido em que não se

procura recuperar o passado para nele identificar uma origem capaz de fundar a identidade do presente, mas questiona a identidade do presente através da releitura do próprio passado.

Esta desconstrução do passado, associada às questões analíticas, à agência dos não-humanos como participantes ativos nas ações e nas transformações das sociedades do passado, remete-nos para um último aspeto conceptual, que foi sinteticamente resumido por Lofgren (citado por WESTERDAHL, 1992, p. 5), da nossa percepção enquanto atores da paisagem atual e histórica: “the mapping and imprinting of the functional aspects of the surroundings in the human mind. Man in landscape, landscape in man”.

É através da mobilização de todos estes conceitos que o projeto de Carta Arqueológica Subaquática de Cascais desenvolve um programa de património arqueológico educacional de uma forma viva, transformando momentos multidisciplinares de laboratório em ações de sensibilização e de educação para o património. Assim se promove a fruição direta dos elementos de várias proveniências académicas e sociais, ao mesmo tempo que se procura uma transmissão recíproca do valor identitário e sentimental associado ao mesmo.

Este projeto da Câmara Municipal de Cascais vem sendo realizado em colaboração com o Centro de Investigação Naval da Escola Naval (CINAV), o Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CHAM) e com a empresa de arqueologia *Archaeofactory*. Esta parceria foi recentemente reforçada com a adesão do Laboratório de Robótica e Sistemas de Engenharia do Instituto Superior Técnico, da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, da Comissão Nacional da UNESCO Portugal e da *National Geographic Society Portugal*.

Fig. 1. Mapa dos naufrágios e da paisagem cultural marítima de Cascais. José António Bettencourt, ProCASC 2012.

3 - A CONVENÇÃO UNESCO 2001: UMA ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO

Em 2001 a UNESCO aprovou a Convenção para a Proteção do Património Cultural Subaquático, com vista à erradicação de caças furtivas a estes bens preservados no fundo do mar, que Portugal ratificou em 2006 de modo a estabelecer regras universais, programas de sensibilização e projetos educativos. A Convenção, adotada em 2 de novembro de 2001, entrou em vigor em 2 de Janeiro de 2009, 3 meses após o vigésimo instrumento de ratificação ter sido depositado (RAMOS, 2008; 2012).

Atualmente a Convenção aplica-se a 55 Estados-Partes, e o desafio de promover a sua ratificação advém também da necessidade de obter a sua plena aplicação. Isso significa o cumprimento de seus princípios, em particular na melhoria da cooperação internacional na proteção do Património Cultural Subaquático, nos métodos de pesquisa e questões de gestão cultural do património em conformidade com a Convenção (LESHIKAR-DENTON, 2010).

Entre 2009 e 2016, a UNESCO tem procurado promover a aplicação do articulado junto dos Estados, sobretudo com a regulamentação de procedimentos através da publicação de relatórios contendo resoluções e recomendações. Além disso, criaram um Comité Consultivo

Científico e Técnico de apoio ao secretariado da Convenção que tem apoiado com a elaboração de *guidelines* operacionais. O propósito é facilitar e tornar possível a sua implementação efetiva². Destas, destacamos a recomendações para as atividades de sensibilização ao grande público que só podem ser possíveis através do reconhecimento de três pilares: com um quadro jurídico apropriado e harmonizado com o direito interno de cada Estado-Parte; com as noções de partilha e de responsabilidade do património em benefício da humanidade, de forma repartida e numa relação entre as comunidades locais e o público, que tem de permanecer transparente, ser inclusivo e acessível; e na promoção ativa destes bens através do acesso e a fruição pública dos sítios arqueológicos, semelhante à política que é seguida em terra (GUÉRIN e EGGER, 2010).

Das recomendações que se publicaram, destacamos as de 2015 - 4/STAB5³, que remete para a indicação 4/STAB3 e para a resolução 4/MSP⁴ - que regista a importância e a necessidade de proteger e divulgar o património das duas Guerras Mundiais. Estas são, como iremos ver mais à frente, aquelas com as quais se procurou relacionar o trabalho efetuado no litoral de Cascais.

4 - PONTOS DE AVALIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ATRAVÉS DOS BENS CULTURAIS SUBAQUÁTICOS

Destacamos, dentro da exposição “Patrimónios Submersos de Cascais”, dois sítios Arqueológicos Subaquáticos que têm merecido a nossa atenção e que curiosamente têm fortes ligações à Armada portuguesa, permitindo, deste modo, ampliar a sua importância enquanto vetores da promoção da cidadania, fruição e memória coletiva ou singular.

4.1 - O CLIPPER *THERMOPYLAE*

Entre os exemplos de classificação e fruição de despojos enquanto bem de inestimável valor cultural importa para este trabalho destacar os vestígios do *clipper* britânico *Thermopylae*.

² Após a entrada em vigor, surgiram algumas declarações no sentido de facilitar e incentivar a aplicação da Convenção, como por exemplo a *Nota Statement On The Future of Underwater Cultural Heritage Protection and Preservation in the Mediterranean* e *Penn-Brock Statement of Principles and Best Practices For Underwater Archaeology and The Stewardship Of Underwater Cultural Heritage in the Mediterranean*.

³ A sigla STAB é referente ao *Scientific and Technical Advisory Body*/comité técnico e científico para acompanhamento da Convenção 2001 para a Proteção do Património Cultural Subaquático

⁴ A sigla MSP é referente ao *Meeting of States Parties*/ Reuniões dos Estados Parte sobre a Convenção 2001 para a Proteção do Património Cultural Subaquático.

Para um enquadramento deste vestígio arqueológico subaquático e a sua importância patrimonial temos que focar a nossa atenção em duas datas fundamentais: 1868 e 1907.

Construído em 1868, ele é o reflexo de uma época de grandes transformações ao nível da construção naval britânica. Foi concebido para maximizar a eficácia em termos de velocidade num momento em que os navios à vela ainda podiam competir com navios em ferro e a vapor, em trajetos de longo curso. O navio foi lançado um ano antes da abertura do canal de Suez (1869), um evento que provocou uma alteração definitiva no papel da navegação comercial à vela nas rotas para o Oriente (FREIRE *et al*, 2009, p. 222).

As qualidades náuticas do *Thermopylae*, a graciosidade, a simetria e a solidez das linhas seduziram o Capitão-tenente Amaro Justiniano de Azevedo Gomes quando, em 1896, o adquiriu para servir na Marinha de Guerra Portuguesa como navio de instrução. Apesar de se ter incorporado nos efetivos da Armada como navio-escola com o nome de *Pedro Nunes*, em homenagem ao famoso matemático do século XVI, nunca chegou a navegar como tal. O estado geral do navio inspirava grandes cuidados e a escassez de recursos financeiros impossibilitou que fosse restaurado, passando assim, em Maio de 1897, ao estado de completo desarmamento. A partir daí, permaneceu fundeado na barra do Tejo como pontão de carvão até que, em 1907, nos exercícios militares do Festival Marítimo foi torpedeado e afundado.

Os vestígios deste navio surgem em definitivo como um território identitário muito específico, no qual se reflete não só a diacronia do território náutico da região de Cascais, como ainda os inícios da investigação oceanográfica portuguesa e a sua relação com a atividade piscatória desde os finais do século XIX. O que sucede depois do torpedeamento do velho navio constitui, para nós hoje, uma marca da identidade cascalense. Não só evoca o início das campanhas oceanográfica do rei D. Carlos, como transforma o abandono do navio num dos “recifes” e local de faina da comunidade piscatória de Cascais.

Após a sua identificação patrimonial, em 2003, realizaram-se duas campanhas com objetivos metodológicos diferentes mas que, ao nível educacional, obtiveram resultados preliminares coerente e definidores.

A primeira campanha não intrusiva realizada em 2009 permitiu efetuar o primeiro registo arqueográfico e a dispersão geral dos vestígios localizados a superfície.

A intervenção arqueológica de 2015, integrando as atividades da “Semana Azul”, foi realizada no âmbito do cruzeiro científico M@rbis⁵, projeto da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental que procura inventariar e caracterizar a biodiversidade marinha no Espaço Marítimo Nacional de Portugal.

A arqueologia subaquática desta campanha teve por objetivo a análise e monitorização *in situ* dos processos físicos, químicos e biológicos do património cultural subaquático, cuja condição varia consideravelmente de acordo com o material da evidência e a natureza do depósito. Para cada sítio pré-selecionado foi, assim, necessário reconhecer o potencial biossedimentar, influenciado por fatores como a diversidade de organismos marinhos. A expedição contou, ainda, com a colaboração de investigadores provenientes de instituições nacionais e estrangeiras, que realizaram trabalhos relacionados com os seus projetos científicos.

Acresce ainda o resultado multidisciplinar fundamental nesta relação com educação patrimonial (e com a Paisagem Cultural Marítima), focado nas questões dos habitats artificiais e da função que os naufrágios adquiram na regeneração e diversificação da biodiversidade. De facto, os recifes artificiais como os naufrágios históricos podem fornecer alimento adicional aos peixes, aumentar a sua eficiência de alimentação, facultar abrigo contra predação e potenciar a sobrevivência de indivíduos juvenis. Na maior parte dos casos, os naufrágios históricos funcionam como santuários de vida e como locais dinamizadores da biodiversidade.

⁵ *Marine Biodiversity Information System.*

Fig. 2. Vestígios do clipper *Thermopylae*/Pedro Nunes. Foto Augusto Salgado, 2015.



4.2 - O NAVIO DE SALVAMENTO *PATRÃO LOPES*

O ano de 1914 ficou marcado pela eclosão da Grande Guerra, que se disputou, à escala mundial, em campos de batalha terrestre e navais. A neutralidade portuguesa no conflito findaria em fevereiro de 1916, quando, a pedido dos Aliados, se apreendem 72 navios alemães e austríacos que se encontravam fundeados nos portos nacionais.

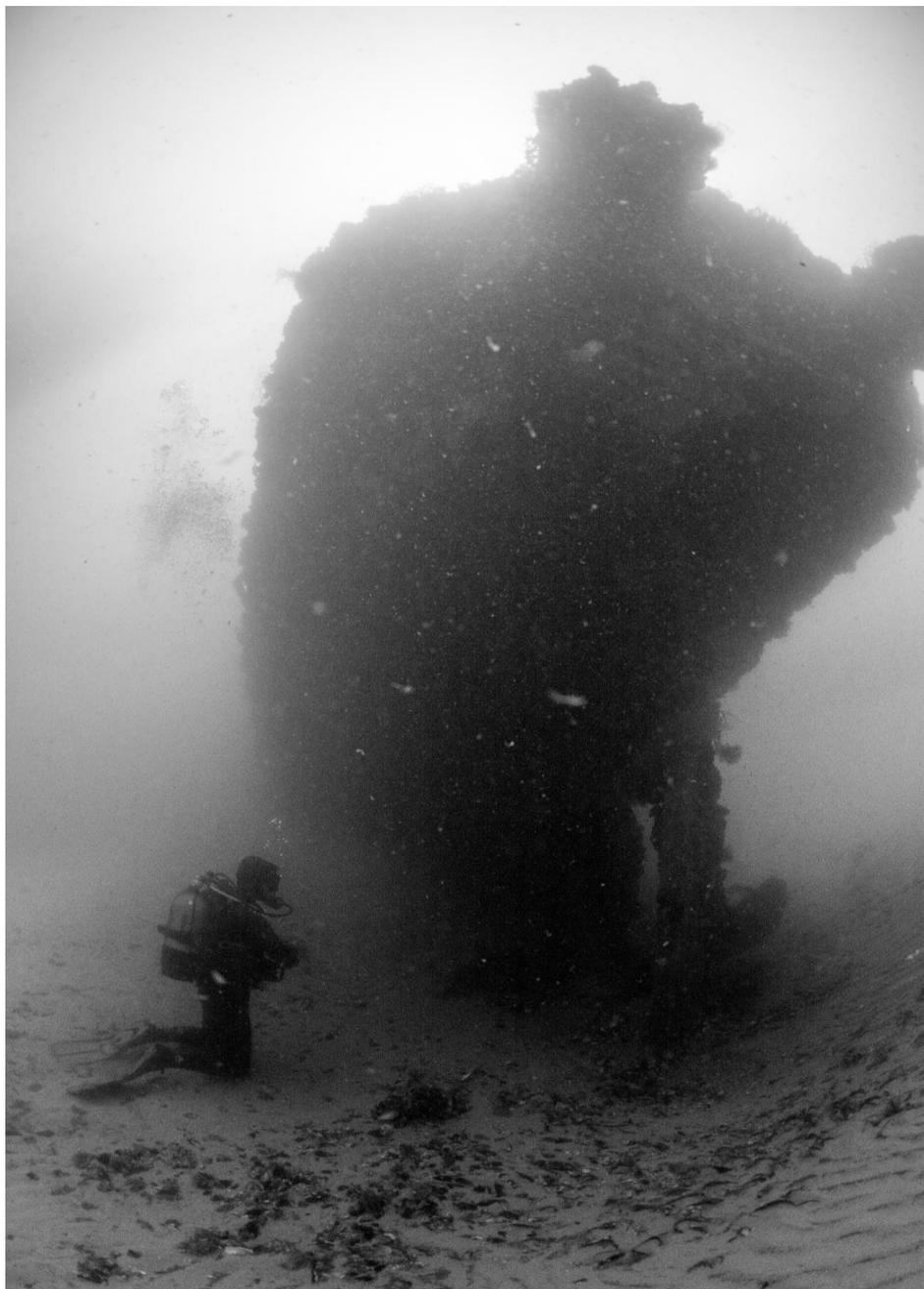
O navio de salvamento alemão *Newa* foi um deles, vindo, depois, a ser batizado pela Armada Portuguesa como *Patrão Joaquim Lopes* e, de imediato desempenhou um papel de destaque nas missões de patrulha contra a ameaça submarina alemã, bem como em missões de salvamento. Após a Grande Guerra, o NS *Patrão Lopes* marcou a história da navegação contemporânea portuguesa, estando presente na maioria dos grandes salvamentos marítimos ocorridos ao longo de toda a costa de Portugal continental, incluindo a entrada da barra do Tejo, onde deixou uma profunda marca cultural ainda hoje recordada.

Em fevereiro de 1936, durante um violento temporal à entrada da Barra de Lisboa, mais uma vez numa missão de salvamento, o NS *Patrão Lopes* naufragou, podendo hoje ser considerado o exemplar português melhor conservado da I Guerra Mundial. Constitui, por isso, um

importante instrumento para o Projeto Educativo da UNESCO – Património para a Paz e a Reconciliação (TIMMERMANS e GUERIN, 2015).

Este vestígio da Primeira Guerra Mundial proporciona a oportunidade de desenvolver a história humana do Património Cultural Subaquático português permitindo as mais diferentes experiências de educação e de reconciliação (CLAUDINO, 2015). A história que o mar por vezes oculta não é só sobre sítios arqueológicos que preservam quotidianos e vidas a bordo, mas gestos anónimos de homens que estiveram presentes em locais e situações mais arriscadas durante o conflito.

Fig. 3. Vestígios do despojo Patrão Lopes. Foto Augusto Salgado, 2016.



5 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO

5.1 - A FRUIÇÃO *IN SITU* COMO VALOR EDUCACIONAL

O primeiro ponto desenvolvido foi a criação de uma linha experimental de fruição *in situ*. Para isso foi necessário contatar a escola de mergulho local para, por um lado, servir de plataforma de apoio à superfície num trabalho realizado a uma profundidade média de 30 metros e, por outro, enquadrar ao nível da segurança e de certificação os 40 mergulhadores integrados ao longo dos meses em que durou a intervenção arqueológica.

Outro efeito positivo desta experiência foi a possibilidade de devolver à comunidade não residente, nomeadamente a Britânica, algo que lhe é igualmente próximo, uma história comum e que recorda outros símbolos como o *clipper Cutty Sark*, um dos navios museus mais visitados no mundo. Do mesmo modo, se o programa permitiu fruir e sensibilizar mergulhadores locais e estrangeiros, também se tornou necessário que este conhecimento estivesse disponível para um público mais jovem ou sem capacidades de realizar atividades aquáticas e que dificilmente teria acesso ao local. Desta feita, potenciou-se um modelo naval criado a partir dos planos originais do *clipper*, recriando-o na forma que teria sido enquanto *Pedro Nunes*. Atualmente, e juntamente com outros elementos gráficos que ilustram o estado atual do sítio, este modelo está patente no Museu do Mar Rei D. Carlos como apoio do sector educativo e/ou para qualquer tipo de visita que ocorra neste equipamento cultural do município de Cascais.

Assim, num programa de sensibilização patrimonial partimos da divulgação de uma herança da cultura marítima local para a valorização e educação de um património que, em benefício da humanidade, é comum a várias regiões do mundo. No caso do *Thermopylae* ele consiste na história da navegação marítima na Europa, Ásia, Oceania e América do Norte.

Fig. 4. Modelo do *Thermopylae*/Pedro Nunes. Foto: Tânia Silva, educadora do ensino pré-escolar, tirada durante uma das visitas realizadas ao Museu do Mar Rei D Carlos, 2016.



5.2 - ATOR EM REDE UMA VISÃO EDUCACIONAL

A perspectiva educacional adoptada seguiu os passos de Bruno Latour e esteve enfocada na construção do ator em rede. Para o efeito contou com a observação do biólogo marinho e dos engenheiros da robótica oceanográfica em contexto de laboratório e de pesquisa, mas também com uma reflexão sobre o impacto que o património Cultural Subaquático teve sobre o desenvolvimento da sua atividade e a sua consciencialização para o bem arqueológico.

No que concerne ao biólogo, o impacto da sua intervenção foi ao nível das sensações e da forma como se registou os biótipos existentes nos sítios arqueológicos. Ao nível do registo fotográfico a percepção é sempre macro indiferente ao material e está mais focado nos objetivos da biologia. Na recolha dos censos e de amostragem, o conhecimento prévio da história do objeto observado permitiu que o biólogo adotasse uma postura de preservação e de proteção do artefato. Mas a grande mudança sensorial constitui na evidência da dicotomia morte e vida. Nos despojos onde a tragédia humana é grande, a percepção do biólogo muda. Ou seja, adiciona-se à preservação e proteção, o respeito pela memória.

Para os especialistas da área da robótica oceanográfica, sem acesso direto aos sítios arqueológicos, manteve-se muito do estímulo às sensações visuais. Efetivamente, o impacto que um despojo como o *Patrão Lopes* provoca, não é de indiferença para quem está atrás de monitores da acústica. Além de que, no momento seguinte à recolha das primeiras imagens existe um sentimento de posse e de comunhão por registar pela primeira vez o bem submerso. Ou seja, a herança passa a ser difusa e é estabelecida uma simetria entre a relação íntima com o objeto e a defesa comum ou da cidadania do património.

Fig. 5. Mergulhos pela equipa de biologia e arqueologia no decurso do cruzeiro científico m@rbis/EMPEC no sítio Arqueológico Subaquático Thermopylae/Pedro Nunes. Foto Augusto Salgado, 2015.



5.3 - A MEMÓRIA E A IDENTIDADE: DA SINGULARIDADE AO RECONHECIMENTO COLETIVO

Ainda como testemunho pessoal fotográfico, ele forma a última ponte entre o passado e o presente. A nossa ligação humana de hoje ao navio naufragado também está constituída pelas memórias dos descendentes da última guarnição do rebocador *Patrão Lopes*. Um dos efeitos positivos da divulgação através da revista *National Geographic Society Portugal* no âmbito de uma bolsa de investigação partilhada com a *Waitt Foundation* para o projeto *The End of the World*

Wrecks: Nautical Archaeology of Cascais, Portugal, foi a descoberta dos descendentes do último comandante e de um dos imediatos do navio.

A cada uma das entrevistas realizadas ficou registada a emoção e o sentimento pela herança familiar, sobretudo nos momentos em que a partilha pessoal tornava a história do *Patrão Lopes* numa experiência “singular”.

Outra abordagem pedagógica consistiu na divulgação junto da comunidade piscatória da Costa da Caparica. Além da expectativa criada junto dos pescadores, que trouxeram outras “estórias” dos naufrágios, a crença e a memória da dor de quem não regressa ou não volta do mar da calha. Aliás a zona onde se encontram depositados os despojos do *Patrão Lopes*, entre outros que não são desenvolvidos neste texto, é temida pela população, mas apreciada pelos amantes do *surf* e do *body board* pois aqui nasce a popular onda do Bugio.

Fig. 6. Descendente do último comandante do *Patrão Lopes*. A memória da herança familiar fortemente marcado no momento consagração dos feitos do navio pela *Revista National Geographic*. Foto Jorge Russo, 2015.



6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa educacional desenvolvido no âmbito do Projeto de Carta Arqueológica Subaquática do Concelho de Cascais teve recentemente, com a inauguração da exposição itinerante *Património Submersos de Cascais*, a primeira aproximação à política seguida no âmbito da sensibilização, consciencialização e divulgação dos Bens Culturais Subaquáticos.

Esta primeira abordagem pedagógica refletiu princípios epistemológicos seguidos pela autarquia nesta área mas, também, as linhas de ação defendidas pela UNESCO através da Comissão Nacional de Portugal.

Atualmente está em curso a segunda fase deste processo, que passa pela itinerância da exposição pelas escolas da área metropolitana de Lisboa, museus, centros comerciais e pelos centros do Instituto Português da Juventude. Além disso, a proximidade com os valores educacionais defendidos pela UNESCO, o projeto de Arqueologia Subaquática de Cascais integra o currículo da Rede Escolas associadas UNESCO e da Rede das Cidades de Aprendizagem da UNESCO (*Global Network of Learning Cities*).

Este último aspeto se tornará visível em maio de 2017, altura em que decorrerão um conjunto de programas de workshop destinados a professores de vários quadrantes de ensino, numa simbiose entre a Comissão Nacional da UNESCO, o Museu do Mar/Câmara Municipal de Cascais, o CINAV e a escola de mergulho local, utilizando os recursos e conhecimento da Arqueologia Marítima.

Reforçando esta relação de trabalhos com as Nações Unidas está a desenvolver-se um documento de boas práticas para integrar a próxima reunião do conselho consultivo da comissão de acompanhamento da Convenção 2001 para a Proteção do Património Cultural Subaquático. O objetivo é reforçar e divulgar as capacidades educativas ao nível do património marítimo e igualmente preparar uma divulgação de maior folego junto das comunidades portuguesas e as dos países de língua oficial portuguesa.

REFERÊNCIAS

CLAUDINO, Fátima. *Escolas Associadas UNESCO. Manual Prático*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO Portugal, 2015.

DERRIDA, Jacques. *La Dissémination*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*. Lisboa: Ministério da Cultura, 2010.

FREIRE, Jorge. *The End of the World Wrecks: Nautical Archaeology of Cascais, Portugal Archaeological Field Project Report*. Washington DC: National Geographic Society/Waitt Foundation Grantee, 2015.

FREIRE, Jorge. Maritime Cultural Landscape. A New Approach to the Cascais coastline. *Journal of Maritime Archaeology*, Berlim, v. 9, n. 1, p. 143-157, 2014.

FREIRE, Jorge; BLOT, Jean-Yves; VIEITES, Ana, FIALHO, António; REICHERDT, Fabian. Missão de Avaliação e de Levantamento do sítio Submarino do Clipper Thermopylae. *Revista portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 222-243, 2009.

GUÉRIN, Ulrike; EGGER, Barbara. Guaranteeing the Protection of Submerged Archaeological Sites Regardless of their Location: The UNESCO Convention on the Protection of the Underwater Cultural Heritage (2001), *Journal of Maritime archaeology*, Berlim, n. 5, p. 97-103, 2010.

LACAN, Jacques. O seminário - Livro 1: Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the social: an introduction to actor-network theory*. Oxford: University Press, 2005.

LESHIKAR-DENTON, Margaret. Cooperation is the Key: We Can Protect the Underwater Cultural Heritage. *Journal of Maritime archaeology*, Berlim, n. 5, p. 85-95, 2010.

PATRÃO LOPES. Grande Angular. *National Geographic Portugal*, Lisboa, n. 177, p. 18-25, Dezembro de 2015.

RAMOS, José Luís Bonifácio. O Navio Afundado Como Património Cultural. In: GOMES, Manuel Januário Costa (Org.). *II Jornadas de Lisboa de Direito Marítimo: O Navio*. Almedina, 2012, p. 441-480.

RAMOS, José Luís Bonifácio. *Achamento de Bens Culturais Subaquáticos*. Lisboa: Livraria Pretony, 2008.

TIMMERMANS, Dirk; GUÉRIN, Urike. *Património para a Paz e a Reconciliação. Salvar o Património Cultural Subaquático da Primeira Guerra Mundial. Manual para Professores*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO Portugal, 2015.

TUDDENHAM, David Berg. Maritime Cultural Landscapes, Maritimity and Quasi Objects. *Journal of Maritime Archaeology*, Berlim, v. 5, n.1, p. 5-16, 2010.

TUDDENHAM, David Berg . Ship Finds and Their Management as Actor Network. *Journal of Maritime Archaeology*, Berlim, v.7, n.2, p. 231-243, 2012.

WESTERDAHL, Christer. The Maritime Cultural Landscapes. In: CATSAMBIS, Alexis, FORD, Bem; HAMILTON, Donny (Orgs.). *The Oxford Handbook of Maritime Archaeology*. Oxford: University Press, 2011, p. 733-762.

WESTERDAHL, Christer. The Maritime Cultural Landscape. *The International Journal of nautical Archaeology*, Nova Jersey, v. 21, n. 1, p. 5-14, 1992.



Submissão: 31 de agosto de 2016

Avaliações concluídas: 10 de abril de 2017

Aprovação: 23 de junho de 2017

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

FREIRE, Jorge Leonel Vaz. Divulgar o Património Cultural Subaquático de Cascais (Portugal): os exemplos do Clipper Thermopylae e do Navio de Salvamento Patrão Lopes. Estratégias de socialização e educação. (Dossiê Práticas Arqueológicas e Educação Patrimonial). *Revista Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 17, N. 01, p. 124-143 de 415, jan./jun., 2017. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>> Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >